



Monitor Político

O Estágio Atual das Reformas

18 de agosto de 2020

Álvaro Frasson
economia@btgpactual.com
@alvarosfrasson

Luiza Paparounis
luiza.paparounis@btgpactual.com



Os destaques da pauta do Congresso nesta semana são a análise dos vetos presidenciais e a votação da PEC do Fundeb no Senado.

É grande a probabilidade de revogação dos vetos que tratam da desoneração da folha de pagamento e do repasse de recursos do fundo de reserva monetária para estados e municípios (este último já está na “conta” do orçamento de guerra).

Vários líderes do Congresso, entre eles Rodrigo Maia, já afirmaram que o veto que estende as isenções fiscais até 2021 deve ser revogado.

Embora a análise do veto à desoneração da folha de pagamento esteja na pauta desta semana, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB), afirmou ontem que o assunto só será analisado no início de setembro - quando do veto ao marco legal do saneamento também será votado.

Vale acompanhar a análise dos vetos que tratam do reajuste salarial dos servidores e da ampliação do socorro emergencial (que inclui também a ampliação do BPC), embora a probabilidade de derrubada seja baixa

❑ Desoneração da folha de pagamentos:

Na MP nº 936/20, que institui o Programa Emergencial de Trabalho e Manutenção de Renda, o Presidente Bolsonaro vetou a seção que estende a isenção do Imposto sobre a Folha de Pagamento por um ano, que atualmente (até dezembro/20) beneficia 17 setores.

Várias lideranças do Congresso, incluindo os presidentes das duas casas legislativas, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre se posicionaram contrários ao veto. Rodrigo Maia afirmou que o Congresso terá maioria para a derrubada deste veto. Portanto, há alto risco de derrubada.

❑ Repasse de recursos a estados e municípios:

O Bolsonaro sancionou a lei que acaba com o fundo de reservas monetárias formado pela arrecadação do IOF, mas vetou o repasse de recursos a estados e municípios para auxiliá-los no enfrentamento da COVID-19.

Os governadores têm pressionado pela derrubada do veto e algumas lideranças da Câmara disseram ser favoráveis a isso. Portanto, há alto risco deste veto ser derrubado.

❑ **Auxílio Emergencial**

O presidente Jair Bolsonaro vetou a extensão de R\$ 600 de auxílio emergencial a outras categorias de trabalho (app motoristas, pescadores, entre outros).

Esse veto também impede a ampliação do Benefício de Parcelamento Contínuo (BPC). Baixo risco de ser derrubado.

❑ **Reajuste para servidores públicos:**

No projeto de lei que cria um plano de auxílio aos estados e municípios, foi vetada a parte que permitia o aumento salarial de alguns servidores civis e militares envolvidos no combate à COVID-19.

Como houve acordo com os governadores para o veto (Bolsonaro deixou para vetar o trecho no último dia dando tempo para alguns governadores concederem o reajuste salarial aos servidores de seus estados), é baixo o risco de ser derrubado.

❑ **Marco legal de saneamento**

O veto que trata do saneamento deve ser analisado apenas no dia 2 de setembro

- ❑ Na semana passada, a Comissão Nacional dos Secretários de Fazenda do Estado (Comsefaz) apresentou à Comissão Mista da Reforma Tributária sua proposta por meio de uma emenda constitucional (PEC) 45/19.
- ❑ O aditivo cria o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação de Desoneração de Exportações de Produtos Primários e Semiprocessados.

3 Fim do fundo PIS/Pasep (PL 4085/20)

- ❑ Na última quinta-feira (13), a Câmara aprovou a tramitação acelerada do projeto de lei (PL - oriundo da MP 946/20, que expirou) que autoriza saques de R\$ 1.045 de contas ativas e inativas do FGTS por meio de injeção de liquidez da transferência de recursos do fundo PIS/Pasep para o FGTS.
- ❑ A Caixa Econômica Federal já havia garantido que manterá o calendário de retirada emergencial do FGTS, mesmo com a perda da validade da Medida Provisória nº 946, que permitia a retirada do benefício.

- ❑ A pauta desta semana também contempla a votação do Projeto de Lei (PL) que institui o Regime Especial de Emergência do Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros (Remetup), que reduzirá os impostos cobrados sobre estes serviços e sobre os insumos utilizados.
- ❑ A matéria também prevê ajuda para minimizar os impactos negativos da pandemia Covid-19 no transporte público.

- ❑ Na última quinta-feira (13), o Senado aprovou projeto de lei (PL) que, entre outras medidas:
 - (i) destina recursos do pré-sal para financiamento de gasodutos (20% para Brasduto, 50% para Fundo Social e 30% para estados e municípios);
 - (ii) compensa geradores (hidrelétricas) afetados por secas (solução de risco hidrológico - GSF); e
 - (iii) multa as concessionárias caso interrompam o fornecimento.
- ❑ A aprovação deve destinar R\$ 8,7 bilhões em transações não liquidadas no mercado de energia.
- ❑ O assunto agora vai para sanção presidencial.

- ❑ A agenda do Senado desta semana traz a votação do projeto de lei (PL) que regulamenta os acordos sindicais diretos para descontos no pagamento (até 40%) de ordens judiciais de alto valor dívidas.
- ❑ O valor dos descontos obtidos deve ser usado em ações de combate à Covid-19 e, após a pandemia, deve ser usado para amortizar a dívida pública federal.
- ❑ A matéria já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados e, portanto, uma vez aprovada no Senado (sem mudanças significativas), seguirá para sanção presidencial.

7 PEC do Fundeb (PEC 15/15 e PEC 26/20)

- ❑ A votação da PEC que torna o Fundeb permanente está marcada para esta quinta-feira (20/08).
- ❑ O relator do projeto do Senado, senador Flávio Arns, manteve o texto aprovado pela Câmara - que aumenta a contribuição federal do Fundo de 10% para 23% em seis anos (12% no primeiro ano, 15% no segundo, 17% no a terceira, 19% na quarta, 21% na quinta e 23% na sexta).

PROCESSO DE TRAMITAÇÃO: Principais Normas Legislativas



Votos necessários à aprovação	Proposta de Emenda à Constituição	Lei Ordinária (LO)	Lei Complementar (LC)	Medida Provisória (MP)
	3/5 (308 deputados federais e 49 senadores)	Maioria Simples (mais de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para que a votação ocorra)	Maioria Absoluta (257 deputados federais e 41 senadores)	Maioria Simples (mais de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para que a votação ocorra)
Tramitação	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ≡ Comissão Especial (CE) ≡ 2 turnos na Câmara dos Deputados ≡ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ≡ 2 turnos no Senado ≡ Promulgação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ≡ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ≡ 1 turno na Câmara dos Deputados ≡ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ≡ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ≡ 1 turno no Senado ≡ Sanção (ou veto) presidencial	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ≡ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ≡ 1 turno na Câmara dos Deputados ≡ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ≡ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ≡ 1 turno no Senado ≡ Sanção (ou veto) presidencial	Comissão Mista ≡ 1 turno na Câmara dos Deputados ≡ 1 turno no Senado ≡ Sanção (ou veto) presidencial

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário. 2 Isso significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

Macro Research

Álvaro Frasson

economia@btgpactual.com

@alvarosfrasson

Luiza Paparounis

luiza.paparounis@btgpactual.com



Disclaimer

Para acesso ao Disclaimer, clique: <https://www.btgpactualdigital.com/analises/disclaimer-macro>